

Os olhares de gênero no plural

Horizontes Plurais. Novos estudos de gênero no Brasil.

BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.).

São Paulo: FCC/Ed. 34, 1998.

O século XX vai chegando ao seu fim e não se pode deixar de reconhecer a tamanha importância que as mulheres nele tiveram, sobretudo a partir dos anos sessenta. Nas primeiras décadas, as mulheres eram ainda desconhecidas e desconsideradas como indivíduos e existência social. Em meados do século, começam a sair detrás das frestas, das portas, das sombras. Ganham visibilidade e já não passam mais despercebidas, por sua força, pluralidade, diversidade e sofrimento. De mansinho foram migrando dos espaços privados, conquistando e se instalando nos diversos espaços sociais e públicos. Influenciaram, dinamizaram e, muitas vezes, foram decisivas na direção dos caminhos percorridos ao longo deste século XX.

Esta coletânea, *Horizontes Plurais*. Novos estudos de gênero no Brasil, composta por treze artigos, foi organizado por Cristina Bruschini e Heloísa Buarque de Holanda. Apresenta os resultados dos projetos vencedores do VII Concurso de Dotações para a Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, da Fundação Carlos Chagas, apoiado pela Fundação Ford, que de maneira engenhosa e competente foi coordenado pela pesquisadora Cristina Bruschini, desde sua implantação, em 1988.

Os textos aqui reunidos representam uma arguta incursão multidisciplinar sobre as diversas questões e experiências que povoam os universos femininos e masculinos nas novas sociabilidades sócio-culturais do contexto urbano contemporâneo. Retratam o vigor do pensamento feminista, que consegue inserir-se no âmbito das Ciências Sociais e nos espaços acadêmicos. Recortados pela perspectiva das relações de gênero, destacam a presença feminina tanto como sujeito de estudo quanto como sujeito investigador.

As investigações percorrem temáticas fundamentais e envolventes da sociedade brasilei-

ra que, propostas como questões prioritárias e atuais nas diversas fronteiras disciplinares das Ciências Sociais e representativas da pluralidade regional do país, foram portadoras de mudanças nas sociabilidades e na cultura, demonstrando que a diversidade é benéfica, ao passo que a uniformidade reduz as nossas energias, vontades, ambições.

Interessante, nesta direção, o quanto, apesar das diferenças de caminhos metodológicos, fontes de dados, formação disciplinar das autoras, pode-se identificar vários eixos recorrentes, que transversalizam as investigações e análises. O que mais chama a atenção, nesta recorrência, é um sério esforço de refletir e discutir como estão sendo recriadas categorias no tratamento das temáticas estudadas. Daí que os trabalhos contribuam para questões teóricas e metodológicas mais abrangentes.

Os temas percorridos, sem pretenderem indicar soluções, sugerem outras formas ou maneiras de pensar um conjunto de questões e de problemas que podem ser agrupados em quatro eixos. O primeiro se refere às relações e articulações da sexualidade com questões tais como a prostituição juvenil, as práticas de violência conjugal, as implicações com a Aids, os novos códigos da vida amorosa como namorar ou 'ficar'. O segundo compreende a dinâmica das formas de redivisão social do trabalho e do poder, na vida profissional das mulheres e as rupturas que estas enfrentam no cotidiano, visibilizadas nos estudos realizados sobre a mulher juíza; com as mudanças domésticas e familiares em relação aos índios tukanos de São Gabriel da Cachoeira - Amazonas; com as famílias de pequenos produtores de fruticultura, em regiões irrigadas do sertão paraibano. O terceiro consegue revisitar as relações entre Sociologia e Psicanálise, sobretudo as categorias de feminilidade e masculinidade, fundamentais para se articular identidade e papel de gênero, além da sexualidade da escolha do objeto sexual. Finalmente, nos domínios da educação e da docência, os quatro últimos artigos se localizam. Neles se destacam as reflexões existentes sobre as relações de naturalização e desnaturalização da docência e mulheres.

Na introdução ao livro, suas organizadoras afirmam que "...os artigos reunidos... constituem sinais significativos dos amplos horizontes que se

abrem hoje para os novos estudos de gênero. São artigos que expressam este momento de reflexão e de produção de conhecimento no qual, mais do que instituir e consolidar um campo de estudos, estamos interpelando as fronteiras e contribuindo com novas e substantivas questões para nossos campos disciplinares de origem". A coletânea cumpre com esta promessa. Em alguns artigos o mergulho parte, fundamentalmente, da Psicanálise. Em outros, da História e também da Educação. Outros estão ancorados na Sociologia e alguns na Antropologia. Entretanto, a obra demonstra o quanto já se cumpriu, historicamente, apesar de ter demandado um enorme esforço, a etapa de consolidação do campo de estudo. O gênero já se consolidou e contribui, de fato, na atualidade, com questões fundamentais para os demais campos de estudos disciplinares específicos. E contribuiu, decisivamente, para o rompimento de fronteiras, para o exercício da interdisciplinaridade, à semelhança da violência e da sexualidade, temas que transversalizam os vários campos de estudos e tão presentes nos textos.

O texto que inicia o livro, intitulado Prostituição, Trocas e Convites Sexuais na Adolescência Pobre, de Aparecida Fonseca de Moraes, trata de identificar o chamado fenômeno da prostituição infanto-juvenil feminina. A autora afirma que estaria sendo construído um "arbitrário social" que relaciona o fenômeno a uma imagem homogênea de vitimização infantil, ademais de outras representações homogeneizadoras sobre os jovens. As instituições envolvidas na problemática e que vêm acumulando poder simbólico de conhecimento sobre o tema, tecem seus discursos seguindo uma linha vitimizadora, apresentando sempre uma criança necessitada de proteção, utilizando-se das categorias de "exploração", "abuso" e "violência sexual". Estas instituições acabam, portanto, "...se rendendo à lógica das concepções conservadoras dos grupos dominantes".

A investigação da autora levou-a a contrapor vários elementos bastante significativos a estes discursos de "expição social e de denúncia pública". Afinal, deparou-se com uma defasagem entre estas representações e as vivências dos grupos envolvidos. Destaca a necessidade de se diferenciar, por exemplo, redes de exploração sexual e práticas dispersas ou eventuais de adolescentes que fazem programas sexuais sem a imposição de outrem. Outra diferenciação necessária diz respeito ao que seriam "convites" e "trocas sexuais". Encontrou estratégias de resistência, por parte das envolvidas, que

tratam de superar a representação da prostituição como um "destino" ou uma "sina".

Tomando o mapa geral das instituições pesquisadas, Moraes identifica uma lógica que termina por afastar a "menina" atendida de seu livre-arbítrio. Sublinhando-se sua vitimidade, prejudica-se sua possibilidade enquanto sujeito. Esta percepção não possibilitaria, por exemplo, a identificação de um certo prazer pelas transgressões, manifestado pelas adolescentes. Destaca ainda como estas revertem condições de coação. Diante de situações que poderiam submetê-las, acionam condutas de defesa e posturas ativas, além daquelas situações em que "tiram vantagem" ou "enganam" os homens facilmente. "De certa forma, elas demonstraram muito mais habilidade para construir e desfrutar uma posição de sujeitos do que a condição econômica e os sistemas dominantes de classificação e de normatização de papéis sexuais a princípio permitiriam". Daí que a autora destaca o cuidado em se concluir antecipadamente pela passividade das jovens em todas as experiências sexuais, classificadas genericamente como "exploradoras".

Insiste em que esta situação, assim como as acusações que são feitas contra elas, não seria percebida como diferenciação negativa ou denunciaria uma "identidade deteriorada". Elas rejeitariam tanto o lugar de vítimas quanto o de prostitutas, ou seja, os sistemas de estigmatização e de acusação. As visões sobre a prostituição oscilam entre a condenação e a tolerância, mas esta foi rejeitada como possibilidade em suas vidas.

Mas o texto não consegue convencer o leitor sobre a rejeição dos sistemas de estigmatização e de acusação. Afinal, assim afirma Lená Medeiros de Menezes, no texto *Dancings e Cabarets: trabalho e disciplina na noite carioca (1937-1950)* no mesmo livro. No Brasil "...a prostituição permaneceu estigmatizada por razões morais e religiosas, considerada não-trabalho pelos poderes públicos, que se recusaram sempre a garantir às que viviam exclusivamente da prostituição os direitos estendidos às outras categorias de trabalhadores". Lená conclui ainda seu texto, afirmando que "...os estigmas e as discriminações não se perderam ao longo do caminho". Estigma contra todas aquelas que trabalhavam na noite, tendo a prostituição chegado a ser definida, em dicionário, na época, como "...arte para o artista não morrer de fome".

De qualquer forma, o ponto mais importante a ser destacado é que, se algumas vezes

as adolescentes introjetam os modelos classificatórios exteriores e discriminatórios, na maioria dos casos os manipulam e os rejeitam. Assim, a maior contribuição do texto talvez diga respeito a ter dado visibilidade a respostas, representações, atuações, que são estratégias de defesa das mulheres frente a processos sociais que tentam inibir ou seqüestrar o seu livre-arbítrio e sua condição de sujeitos. O estudo foi particularmente privilegiado. Afinal trata-se de "meninas", identificadas como vítimas por excelência. Outros estudos deverão melhor destrinchar como e em que medida elas conseguem rejeitar ou manipular as qualidades estigmatizantes que lhes são atribuídas.

A não vitimidade também aparece no texto acima citado sobre os *dancings* e *cabarets* da cidade do Rio de Janeiro. O estudo trata de um período em que o eixo principal das discussões girava em torno da necessidade de uma estratégia de vigilância, disciplinamento e controle sobre o **mundo marginal das diversões**. Ou seja, tempo de definição das fronteiras entre as profissões nobres e vis, lícitas e não lícitas, que caracterizou a política trabalhista estadonovista.

O movimento entre prazer e lazer foi pesquisado, tendo como objeto de análise sobretudo a atuação da Delegacia de Diversões e Costumes entre os anos de 1937 e 1950. Neste processo, a autora analisa as complexidades decorrentes das íntimas interrelações existentes entre o mundo das artes e da diversão, passando estas atividades a serem reconhecidas como trabalho, ainda que controlado e discriminado, e o trabalho da prostituição não reconhecido como tal. Relação mais complexa ainda, na medida em que o ir-e-vir e as mediações existentes entre os dois mundos (bailarinas, parceiras exclusivas, prostitutas) eram constantes no cotidiano das mulheres. Ademais, muitos *cabarets* se transformavam, no período, em *dancings*, sendo estes considerados estabelecimentos mais apropriados para a diversão dos segmentos mais requintados do Rio de Janeiro.

A autora, identificando as dificuldades decorrentes da situação das mulheres, tais como o controle policial e os enquadramentos mentais da época, localiza a penetração do álcool e das drogas em seu cotidiano, "...ainda que evitemos apresentar uma interpretação simplificada de vitimização, tendo em vista que a grande maioria das mulheres permaneceu na atividade por opção, estabelecendo cumplicidade com a sua própria lógica".

O artigo *Violência Conjugal e o Recurso Feminino à Polícia*, de Elaine Reis Brandão, ana-

lisa a trama social da violência doméstica contra a mulher, através do estudo das mulheres que recorrem à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM, para denunciarem a violência conjugal. No entanto, a autora se detém, mais precisamente, em compreender porque as mulheres que denunciam a violência acabam retirando as queixas. Ou seja, Elaine assenta sua reflexão "na solicitação feminina para interrupção dos trâmites legais desencadeados com a denúncia policial, abordando a lógica cultural que preside a 'suspensão' da queixa policial no âmbito de uma DEAM do estado do Rio de Janeiro". Em outras palavras, a prática da suspensão da queixa policial envolve um processo interacional construído na esfera institucional entre a lógica da 'vítima' e a do policial. Estas lógicas são diferentes e, por sua vez, refletem-se na relação entre a 'vítima' e o acusado. Portanto, a análise desenvolvida do fenômeno da **suspensão da queixa policial**, foi abordada em duas dimensões: a do contexto institucional que a engendra, na qual a autora focaliza o tipo e a natureza do atendimento policial dado às 'vítimas', e o universo sócio-cultural, compartilhado pela maioria das mulheres que recorrem à DEAM.

Este fenômeno mobilizou a atenção da autora. Embora não centrado nos elevados índices quantitativos (em torno de 70%), e que ainda são cada vez mais recorrentes em outras DEAMs e em outras regiões, constituiu-se o foco central desse artigo. Os recursos metodológicos utilizados na pesquisa empírica compreendiam desde a observação do atendimento policial cotidiano, sobretudo dos interrogatórios preliminares à fase de instauração do inquérito ou da suspensão do registro; a consulta aos registros e denúncias suspensos; e entrevistas com mulheres que retornaram à DEAM para solicitar a suspensão da queixa.

O texto tem o mérito de discutir e de desnaturalizar questões teóricas-metodológicas de porte, dentre elas a categoria sócio-cultural da violência contra a mulher, com isso desconstruindo noções já naturalizadas como a de vítima, de vitimização, de agressor, de culpa, de culpabilidade, além de certos padrões de moralidade vigentes. Também evidencia o caráter multifacetado das demandas femininas à DEAM, muitas das quais extrapolam suas funções específicas, evidenciando carências nos equipamentos públicos de suporte às mulheres, 'objetos' de violência. O que move essas mulheres a procurar o aparato policial é mais a incapacidade de responder a um **ideal de reciprocida-**

de entre 'vítima' e 'agressor' do que os ideais de justiça e de cidadania.

A DEAM, do ponto de vista de seu papel, rompe também com a expectativa das 'vítimas' porque nem sempre responde com eficiência e eficácia as demandas recebidas, não correspondendo às demandantes. Por que então, pergunta-se a autora, as mulheres continuam recorrendo insistentemente à DEAM? A autora responde que como um recurso simbólico, cuja função primordial é exercida na função de mediadora dos conflitos.

Portanto, a "suspensão da queixa é mais um elemento de negociação que a vítima disporia para barganhar com o acusado, no sentido de que ele volte a cumprir as obrigações masculinas assumidas, ou no mínimo não perturbe mais. Em suma, sem abrir mão de seus valores, as mulheres recorrem estrategicamente à ordem legal..., mas não delegam incondicionalmente à DEAM a resolução de seus conflitos... procurando gerenciá-los paralelamente à ação policial".

Por sua vez, Flávia Reith tratou de uma questão nova e instigante. Ficar e Namorar. São códigos de relacionamento amorosos próprios, diferentes mas paradoxalmente complementares. **Ficar**, contrasta com o **namorar**, pois é um 'envolvimento passageiro', como afirma a autora, que não pressupõe compromisso entre os 'ficantes' nem de amor nem de sexo; é compartilhado pelo grupo de referência e se caracteriza pela busca de conhecer e de estar com o outro; é uma relação que privilegia o presente; é uma festa que se instala, em ocasiões furtivas, repleta de signos sutis e clandestinos; ficar é o espaço da liberdade, onde se pode transitar, é lugar de troca, de experimentar, em síntese, é o espaço mais leve e móvel. Enquanto o namoro, se constrói como uma relação mais estruturada, mais reconhecida e que envolve vínculos mais formais, como o conhecimento dos pais, a perspectiva de casamento, de compromisso. É o lugar da fidelidade, da fixidez da cobrança, da interdição. Tais diferenças permitiram à autora discutir a pluralidade do amor e da sexualidade na construção da história sentimental de adolescentes mulheres e homens. A díade ficar/namorar representa e sintetiza as ambigüidades que pautam os códigos de relacionamento entre os jovens, a qual não é deslocada das ambigüidades e dos conflitos do estado **deser jovem**, de confrontar o novo e o velho, o moderno e o tradicional. Isso ficou claro nas discursividades dos entrevistados, um grupo de jovens gaúchos, estudantes do segundo grau da Escola Técnica Federal de Pelotas/RS.

A contribuição da autora é mais realçada quando trata a díade ficar/namorar como uma divisão aparente nos relacionamentos amorosos e sexuais. Essa aparente divisão é completamente móvel e rompe com certo códigos, redefine e incorpora outros, e é nessa gangorra amorosa que se balançam os jovens de hoje. Os discursos/falas expressam esse movimento. Para as 'gurias', ainda, o amor está vinculado à sexualidade e a virgindade representa o valor cultural mais importante. "A virgindade é pessoal, delicada e rara", afirma uma adolescente. É ainda o que constitui o 'capital simbólico', pelo qual se movimenta o pêndulo do 'mercado matrimonial'. Fato este que desde as nossas avós, há várias gerações passadas, já tinha o mesmo valor. Para os 'guris', o amor e a sexualidade aparecem dissociados, e a importância maior centra-se na ideologia da virilidade e na honra, garantidas pelo bom desempenho e reafirmada pela *performance* sexual. Enquanto que as 'gurias' destacam a **segurança e proteção masculinas**, resignificando as formas de **dependência**, para os 'guris', o maior peso está em considerar que a **beleza é fundamental**.

Portanto, esses 'arranjos' de **ficar e namorar**, diferem de um sexo e de um gênero para outro, demarcam significados novos, regulam relações de individuação entre o tradicional e o moderno.

A ponte entre o primeiro e o segundo eixo, referenciado na Psicanálise, é feita por Regina Célia Pereira Campos no texto *Aids: trajetórias afetivo-sexuais das mulheres*. Lembrando Freud, a autora aponta como o conceito de masculinidade significando atividade está fundamentado na noção da bissexualidade psíquica de todos, homens e mulheres. E esta se refere à bipolaridade do desejo e não à diferença entre os sexos. Há que se ter cuidado para não se confundir ser mulher com ser passiva e ser homem com ser ativo, ainda que o resgate narcísico seja trabalho árduo para as mulheres, para sua organização psíquica do Ideal do Ego secundário e do Superego. A cultura privilegia o lugar de dependência para elas, e a ênfase no cuidar favorece que elas observem as vozes dos outros antes que seu juízo próprio.

Apesar da permanência do vínculo de dependência primitivo (laços primários com a mãe) e das convenções sociais que se opõem à autonomia da mulher, formas menos tradicionais fazem-se cada vez mais presentes, possibilitando que a cisão entre metas femininas e masculinas do ideal do Ego e do Superego coexistam no seio das estruturas psíquicas da

mulher sem delegação do homem. Entretanto, a autora lembra que "...diante das contradições, ambigüidades e limites que permeiam as relações sociais, novas tentativas de formar saber e poder são forçadas pela mulher".

A abordagem psicanalítica também foi o referencial para Silvia Alexim Nunes em *A Mulher, o Masoquismo e a Feminilidade*. A autora visibiliza muitas das ambigüidades das teses freudianas, mas localiza o tempo e o contexto em que Freud viveu, caracterizado pelo privilégio de duas categorias discursivas sobre a mulher, a **histeria** e o **masoquismo**. Analisa o amadurecimento das análises freudianas sobre a mulher, mostrando que vai se desenhando em Freud uma figura de sujeito na qual o traço básico seria o desamparo. Esta idéia teria lhe possibilitado a articulação da noção de feminilidade como um conceito teórico que foi se articulando no último período de sua obra, desvinculando-o da imagem de mulher, porque o que constitui o masculino e o feminino seria algo que fugiria ao alcance da anatomia.

Em 1938 o conceito de feminilidade cresce ainda mais: através dele, Freud teria relido toda a problemática da castração para os dois sexos, dissociando-o da mulher e do corpo feminino. Feminilidade se afirma como um conceito para além da diferença entre os sexos, como uma categoria universal, e uma experiência determinante para os indivíduos se situarem em nossa cultura. Ela seria então condição originária do sujeito, fundamental na subjetivação de ambos, homens e mulheres. "...a experiência da feminilidade torna possível formas diferentes e singulares de subjetivação e de inscrição na ordem do discurso. Assim, a feminilidade abriria espaço para que novas possibilidades de criação aconteçam... Ao descobrir-se castrado, o sujeito se reencontraria com uma feminilidade primária, que, se por um lado o remete a uma experiência de angústia, de outro lhe abre novas possibilidades sublimatórias". Nestes termos o masoquismo feminino seria uma forma possível de defesa contra as experiências primordiais do desamparo e da feminilidade. A subjetividade masoquista pode ser pensada como uma forma possível de inscrição do sujeito na ordem da cultura.

A autora conclui que a mulher masoquista seria aquela que ao se deparar com um universo restrito, marcado por insígnias fálicas universalistas, aceita o jogo da sujeição, tentando fugir do desamparo, da dor e do sofrimento, "tirando daí seu quinhão de prazer". Assim, *Madame Bovary*, de Flaubert, publicado em

1875, bem exemplifica a situação em que o ideal doméstico hegemônico no final do século passado poderia não exercer nenhuma atração, gerando um *quantum* pulsional insatisfeito. Emma, rebelde ao ideal feminino hegemônico "...Diante de sua feminilidade, procurou incessantemente evitar a dor do desamparo através de uma sujeição masoquista a um outro masculino".

Entretanto, Silvia, partindo da possibilidade criativa da feminilidade humana, compara a com uma trajetória oposta: Nora Helmer, da peça *Casa das Bonecas*, de H. Ibsen, escrita em 1879. Inicialmente satisfeita com sua domesticidade, a partir de uma vivência difícil, rompe com o marido e com sua situação estável de mãe e esposa realizada, sabendo, à diferença de *Madame Bovary*, que não seria possível abrir mão de uma insígnia identificatória sem ter que suportar a dor e a angústia do desamparo. "Castrada, ela vai reencontrar sua feminilidade primária, que precisará suportar, e a partir dela descobrir e inventar novos caminhos". Em lugar de buscar proteção em outro homem, que remendasse seu narcisismo ferido, lança-se na busca de seus próprios e imprevisíveis caminhos. Em nome de si e de seu desejo de se constituir como sujeito independente, buscou novas formas de identificação e de sublimação.

Apesar de analisar o percurso de duas mulheres, a autora, fiel ao conceito universalizante de feminilidade do último período freudiano, evidencia dois caminhos possíveis diante do encontro com esta, tanto para homens quanto para mulheres. Mais uma vez, o eixo anti-vitimidade dos textos se reatualiza.

No terceiro eixo, que rediscute a importante questão da divisão sexual do trabalho, localiza-se o artigo *A mulher Juíza e a Juíza Mulher*, de Eliane Botelho Junqueira. Analisando o peso da variável gênero na composição da magistratura, no Rio de Janeiro, pergunta-se a autora "...que consequências estaria trazendo para o entendimento do direito e para o funcionamento da justiça a feminização da magistratura?" Será que existem lógicas distintas de gênero no exercício da magistratura? Ou será que a mudança na composição social por gênero da magistratura traz pouca (ou nenhuma) consequência na interpretação das leis, uma vez que outras seriam as causas mais contundentes? Esse fatores poderiam ser caracterizados, segundo a autora como "...processos de socialização nas faculdades de direito, nas profissões jurídicas e na própria carreira", que teriam um peso maior do que a variável gênero?

Para responder estas e outras questões, a

autora analisou os dados quantitativos sobre a presença da mulher no mundo jurídico, no estado do Rio de Janeiro, bem como realizou um conjunto de entrevistas com juízas e atores jurídicos. Eliane chama bem atenção quanto se usa a expressão **feminização das profissões jurídicas**, para indicar que existe o aumento quantitativo das mulheres e mudanças qualitativas nas relações dentro do poder judiciário, sobretudo bem caracterizada pela literatura norte-americana. O quantitativo se ancora nas razões do aumento da presença das mulheres na carreira jurídica; enquanto o qualitativo explicita duas ordens de razões. A primeira enfatiza a importância da influência das características femininas nas sentenças judiciais. Nesse sentido a profissão seria 'feminizada', quando as características femininas, supostamente distintas das masculinas, fossem reconhecidas no desempenho profissional. A segunda, afirma a autora, "voltada para um *feminist approach* no processo decisório, a presença da mulher na magistratura representa uma oportunidade libertadora em relação à submissão que lhes é tradicionalmente imposta". Portanto, é nas contrafaces da dimensão qualitativa que a autora metaforicamente analisa a mulher juíza e a juíza mulher.

Pesquisas americanas recentes demonstram que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as dificuldades enfrentadas na vida profissional têm sido analisadas por duas categorias: uma que compreende o acúmulo de uma multiplicidade de papéis sociais, e outra que se refere à existência de papéis sociais incompatíveis entre si. Não são situações excludentes, ao contrário, ocorrem simultaneamente, afirma a autora. Ao tratar destas questões, e sobretudo de como explicar o aumento constante do número de mulheres na magistratura, Eliane enfrenta e propõe uma séria discussão sobre algumas categorias, perpassadas pela ótica de gênero, tais como a de poder e autoridade, autonomia, divisão sexual do trabalho, espaços público e privado-doméstico, além da questão da competição e da discriminação entre os gêneros e os pares. Destaca ainda como este debate atua na produção de mecanismos e de estratégias que interferem nos padrões decisórios, isto é, de como as diferenças de gênero estão postas nas decisões e nas sentenças, seja de forma explícita ou não, isto é, com maior ou menor visibilidade.

O texto de Cristiane Lasmar, *Mulheres Tukanos e a Urbanização no Alto Rio Negro*, também se direciona a uma leitura não unilateralmente vitimizante das mulheres, ainda que a

autora não desenvolva o tema. Escrevendo sobre a violência sexual contra mulheres indígenas na região pesquisada, afirma. "Soa um tanto paradoxal que, num ambiente marcado pela disponibilidade feminina para o sexo, os homens brancos recorram a mecanismos de coação física. Certamente a perspectiva dos agressores não é idêntica à das vítimas, mas não podemos deixar de lado a possibilidade de que haja zonas de comunicação, códigos engendrados no contexto da interação (não marcada pela violência) entre os homens brancos e as mulheres indígenas e que se relacionem em alguma medida com a ocorrência desse tipo de agressão. Isso não significa dizer, de forma alguma, que as mulheres sejam violentadas porque assim o desejam e muito menos que a responsabilidade deva ser atribuída a elas. Antes, trata-se de chamar a atenção para o fato de que os amantes preferenciais eleitos pelas jovens indígenas fazem parte do grupo sexual em que estão seus agressores".

A autora enfatiza a forte resistência das mulheres tukanos aos apelos de mudanças. Dois exemplos significativos desta são a manutenção da culinária enquanto espaço feminino e as práticas e representações ligadas ao parto. O espaço doméstico continua a ser, mesmo na cidade de São Gabriel, onde as mudanças são mais aceleradas, de domínio feminino por excelência. Tanto assim que os missionários perceberam a importância de se promover rupturas dos indígenas com os padrões tradicionais de organização doméstica para que os valores brancos pudessem ser absorvidos.

O último artigo que comporia o terceiro eixo, é o de Auri Donato Costa da Cunha, *Relações de Gênero na Agricultura Familiar no Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PB)*. O trabalho apresenta a discussão dos resultados da pesquisa realizada no sertão paraibano, sobre as mudanças decorrentes da introdução de 'novas' tecnologias nas relações de trabalho, na produção frutícola. Ou seja, em que medida a introdução de novas tecnologias na agricultura familiar teria contribuído para redefinir as relações de gênero e reorganizar a divisão sexual do trabalho no interior do grupo doméstico.

A autora realizou uma densa pesquisa empírica na região através das trajetórias dos grupos familiares que se instalaram nas áreas de irrigação no início dos anos 70. Ao analisar os componentes fundamentais desse processo, como as relações trabalho, o uso do lote, a morada, e o mercado, verificou que a organização das atividades econômicas, a organização

das relações de trabalho das famílias assentadas, a distribuição das atividades e tarefas entre os membros da família, e as práticas de sociabilidade existentes, concomitantes com o acesso das mulheres à educação e às novas tecnologias, principalmente dos membros mais jovens, as condições de melhoria de vida das famílias, geraram um novo estilo de vida, que trouxeram mudanças nas relações entre os gêneros que redefinem os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho.

Os últimos quatro artigos que fecham o livro comporiam o quarto eixo, referido aos domínios da educação e da docência. Este campo disciplinar, previsto como prioritário no VII Concurso da Fundação Carlos Chagas, esteve bem representado por estes quatro trabalhos.

Diana Gonçalves Vidal escreveu o artigo sobre a Sexualidade e Docência Feminina no Ensino Primário do Rio de Janeiro (1930-1940). Este texto analisa, com base em estudos e fontes históricas do início do século, a expansão da escola e da educação pública, a situação de formação e as condições do exercício da profissão de docência, na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas deste século. Isto foi realizado através de dois mecanismos: a expansão da distribuição geográfica das escolas e a extensão de sua influência na sociedade.

Diana destaca a importância da formação da professora primária e do papel da docência, relacionados a um espaço escolar num contexto urbano em plena formação e sobretudo muito desafiador. Preocupação também explorada com a relação pedagógica e disciplinar do(a) professor(a) com o aluno(a) e também com a sexualidade, pois na maioria das vezes a professora se transvestia com atributos tidos como masculinos para melhor se proteger.

Assim, nas décadas de vinte e trinta, o movimento de demarcação das novas fronteiras escolares acompanhava a diversidade e a expansão da cidade do Rio de Janeiro e o que nela se apresentava, como cenário de vários tipos de formações e deformações de valores, de padrões e de comportamentos morais, presentes nas relações e nas sociabilidades entre os gêneros, que demarcam e atuam na condição de formação e atuação da mulher no magistério.

O investimento público no projeto educacional - de formação de professores e de ensino de alunos-, além de alargar as fronteiras escolares, começava a expandir-se e pela primeira vez no Brasil, em 1932, o preparo docente para atuar no ensino primário foi elevado a nível superior. Criou-se a primeira Faculdade de Educação,

que formaria as futuras professoras. Porém, a despeito das diferenças sociais, a escola não era apenas produtora de conhecimento e de informação, "mas gestora de novos comportamentos, sociabilidades e de representações de alunos, professores, pais, vizinhos e cidadãos, estabelecendo uma interlocução mais ampla com a cidade e seus espaços".

O curso de formação para o magistério do Instituto de Educação era predominantemente feminino (mais de 90% dos alunos eram mulheres). Esse fato estabeleceu um vínculo com a cidade e seus espaços e despertou questões sobre como foram se construindo os comportamentos das professoras, as novas relações entre professora, profissão docente, escola e espaço urbano, vistas como **neutras e naturais**. Tática para resguardar as mulheres dos perigos de evidenciar sua sexualidade.

A autora destaca enfim, na análise, a percepção do professor pela ótica de gênero e ao sexualizar a docência percebe a complexidade das relações sociais estabelecidas no interior da instituição escola, de forma a percebê-las como perpassadas por questões relativas à sexualidade feminina, masculina, infantil e adolescente, situando o discurso sobre a docência na esfera da neutralidade dos papéis funcionais, pois não se considerava papel/função de professoras circular livre e solitariamente por todas as partes da cidade e menos ainda socializar meninos na puberdade.

Na mesma direção, Entre o Desencanto e Paixão: desafio para o magistério, de Cláudia Vianna, examina a condição de **ser e estar professor(a)**. Em outras palavras, procurou responder a duas questões: como um grupo de professores(as) paulistas da escola pública do ensino fundamental e médio vêem a condição da docência nos anos 90, considerando o que pensam sobre seus pares, o Estado e as políticas educacionais. A autora enfatiza ainda os valores masculinos e femininos que 'orientam' e que 'articulam' as trajetórias profissionais e os projetos futuros desses professores. Como o próprio título informa, através dos depoimentos, o texto foi articulado pelo olhar do desencanto e pela força da paixão. Sentimentos nem tão contraditórios se lidos no contexto da educação paulista pública e certamente também nacional.

A autora aponta um debate muito interessante, no qual discute a desvalorização da profissão de professor e da função educativa, relacionadas às diversas formas de humilhação, de injustiças, de descaso e de degradação que ambas vêm sofrendo atualmente. As trajetórias

profissionais narradas são ricas em exemplos de descrença nas instituições e nas políticas públicas educacionais. A maioria das críticas ao poder público e às instituições educacionais reivindica maior prioridade à educação, cobrando o reconhecimento de sua importância, a valorização salarial do professor e a melhoria das condições de trabalho. Nesse cenário de humilhação e de desencanto, paradoxalmente, o professor(a) convive com o prazer e o encanto de dar aulas, de sentir-se bem trabalhando como tal.

Pelo olhar de gênero, a autora demonstra que os processos de **naturalização** da profissão para o feminino não se desfizeram ainda e são justificados pelas próprias mulheres, pelo **dom, vocação, desde criança, desde sempre**. Tais naturalizações tomam novos significados mas permanecem. A explicação trazida privilegia o processo de socialização, no qual são veiculados os valores e os significados determinantes na escolha da futura profissão. Estes são plurais e contraditórios, tanto para o masculino como ao feminino. Portanto, a reflexão, na perspectiva das relações de gênero, se move nessa gangorra do desencanto e da paixão.

Marisa Vorraber Costa e Rosa Maria Hessel Silveira escreveram o artigo *A Revista Nova Escola e a Constituição de Identidades Femininas*. As autoras estudaram a *Revista Nova Escola*, publicada no período entre 1990 e 1996. Caracteriza-se como uma publicação periódica dedicada especificamente ao segmento de 'professores em exercício', ou seja, dirigida ao 'professor em sala de aula'.

O estudo propõe-se analisar uma das práticas da ação da mídia no campo educacional, destacando a importância de "sua produtividade no que se refere à formação das subjetividades femininas das professoras e à constituição e fortalecimento de certa feição de sua identidade social". O texto discute com competência questões instigantes no campo da docência, tais como "as complexas e fecundas relações que podem ser estabelecidas entre a categoria de gênero – destacando o feminino –, e os atributos que, discursivamente, vêm sendo a ele atribuídos; ao mesmo tempo a natureza de uma discursividade dirigida que se reporta ao 'fazer docente', no ensino de primeiro grau". Em outras palavras, destacamos a influência e a importância dessa publicação na desconstrução das desnaturalizações tão bem arraigadas entre feminino e docência, entre magistério e mulher, como 'identidades fixas', bem demonstradas no artigo precedente de Cláudia Vianna. Estas essencializações ainda ocupam espaço

como "discurso que contribui para a produção das subjetividades, nos meios de exercício do trabalho docente e não tanto nos processos de formação docente". São analisadas com consistência teórica as representações referentes à "suposta harmonia entre a afetividade feminina e o 'caráter' da docência", destacando-se todas as facetas dessa relação.

O último artigo, *Gênero e Trabalho Docente*: em busca de um referencial teórico, de Marília Pinto de Carvalho, tem um caráter mais teórico. Parte do suposto de que há uma tendência nos estudos relativos à educação, de tomar a **feminilidade** como única e homogênea e pressuposta em todas as mulheres. Esta 'corrente' centrada no feminismo da diferença, bem desenvolvida nos anos 80, especialmente nos EUA, enfatiza "as diferenças entre homens e mulheres, tomando cada grupo como homogêneo internamente, em que a idéia do feminismo dos anos sessenta predominava, ou seja, da igualdade entre os sexos". Influências desse pensamento tiveram importância significativa para as pesquisas sobre educação.

A autora propõe-se discutir criticamente as influências desse tipo de pensamento na educação, destacando que a incorporação da noção de gênero tem sido feita de maneira pouco explorada em termos teóricos. Para tal, debruça-se sobre algumas das autoras mais citadas do **feminismo da diferença**, cuja principais representantes são Nancy Chodorow (*Psicanálise da Maternidade*: uma crítica a Freud a partir da mulher - 1990) e Carol Gilligan (*Uma Voz Diferente*: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância e à idade adulta - 1982). A partir do referencial dessas autoras, concentrando-se sobretudo na primeira, são discutidos os principais aportes teóricos às categorias conceituais de gênero (Chodorow discute o sistema sexo-gênero, percebendo-o na sociedade como um sistema de produção e de reprodução, cujo núcleo central, em qualquer sociedade seria a família e a organização dos cuidados maternos e paternos), caracterizando com isso uma diferença precária entre mulher e gênero. Essa concepção remete a outra categoria, a de público e privado.

Finalizando, destacamos a criatividade da coletânea pela atualidade do debate teórico e metodológico das relações de gênero; pela multiplicidade de olhares que reconstrói o movimento, a dialética e a fluidez do real.